



## Previdência Social registra primeiro superávit desde 2003

Pela primeira vez desde 2003, houve superávit nas contas da previdência da área urbana, em fevereiro, tanto no conceito tradicional quanto na nova metodologia de cálculo, que considera a renúncia fiscal da filantropia, benefícios rurais e Simples como receita coberta pelo Tesouro. O superávit na área urbana foi de R\$ 1,484 bilhão na nova contabilidade e de R\$ 405 milhões na antiga.

Entretanto, de acordo com o conceito tradicional de cálculo, o déficit acumulado do ano é de R\$ 7,140 bilhões (4,1%) em relação ao mesmo período de 2007. Isso porque em janeiro houve um acumulado de sentenças judiciais pagas pela Previdência. Em fevereiro, o déficit caiu 31,2% em relação ao mesmo período do ano passado (de R\$ 2,947 bilhões para R\$ 2,027 bilhões).

Com o resultado de fevereiro, o Ministério reduziu a projeção de déficit para este ano em quase R\$ 1 bilhão, passando de R\$ 43,9 bilhões para R\$ 43 bilhões. “Podemos hoje, com certo grau de segurança, reduzir a projeção do

ano para R\$ 43 bilhões, com viés de baixa”, afirmou o secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer.

A nova projeção, segundo ele, já incorpora o impacto do reajuste dos benefícios previdenciários em vigor desde 1º de março. Nessa projeção, o Ministério prevê uma arrecadação de R\$ 158 bilhões e despesas de R\$ 201 bilhões.



**Balanco** - A necessidade de financiamento da Previdência caiu de 1,8% do Produto Interno Bruto em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bilhões). Se descontado o efeito da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de janeiro de 2008 para dezembro de 2007, o déficit seria menor: 1,65% do PIB. Esta queda foi a primeira verificada desde 1996. Também no ano passado, as receitas cresceram mais que as despesas. A arrecadação líquida aumentou 9,1% (R\$ 143,7 bilhões) e as despesas aumentaram 7,4% - R\$ 189,7 bilhões.

### JUSTIÇA ITINERANTE

O Ministério da Previdência Social realiza a primeira ação da Justiça Itinerante deste ano - exclusiva para processos relacionados à Previdência Social. A ação está ocorrendo em Alta Floresta (MT) desde 26 de março e vai até 9 de abril.

Deverão ser atendidas cerca de 1,8 mil pessoas, que têm direito a benefícios previdenciários, com propostas de acordo.

Segundo a Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o trabalho contará com o apoio de três procuradores e mais três servidores administrativos. A proposta é que todas as ações sejam resolvidas no local.

O juizado itinerante fica geralmente de uma a três semanas na localidade, dependendo da quantidade de processos a serem analisados, e costuma fechar em torno de 80% de acordos em diversas áreas.

A maioria dos beneficiados pela Justiça Itinerante mora em locais afastados e não tem como requerer o benefício ou tem dificuldade para dar andamento a ações judiciais.



### TRF1 e MPS juntos para agilizar processos

Medidas de conciliação vão dar maior agilidade à tramitação de processos judiciais para a concessão de benefícios previdenciários.

[Página 2](#)

### Força Tarefa mantém rigor em 2008

De janeiro até a última semana de março foram realizadas 10 operações em nove estados e no Distrito Federal para coibir as fraudes.

[Página 2](#)

### Mais obras para melhorar atendimento

INSS prevê a realização de 185 obras este ano, das quais 163 para reformas de antigas e construção de novas unidades.

[Página 3](#)

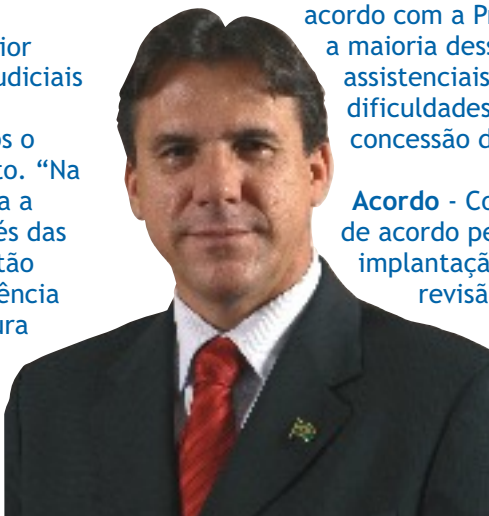
# Mutirão para dar agilidade aos processos

O ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, e a presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargadora Assusete Magalhães, deram início aos trabalhos de seleção dos processos que tramitam há mais de cinco anos, em grau de recurso, no TRF 1, que engloba 13 estados e o Distrito Federal.

As medidas de conciliação vão dar maior agilidade à tramitação de processos judiciais para a concessão de benefícios previdenciários e facilitar aos cidadãos o acesso aos benefícios a que têm direito. “Na verdade, nós vamos tentar limpar toda a demanda que está no judiciário através das conciliações, na medida em que já estão ajuizadas”, disse o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, durante a abertura dos trabalhos no dia 12 de março.

Assusete Magalhães destacou a transformação da cultura da Previdência Social. Segundo ela, “sobram processos litigantes em

foto: Victor Soares



Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho

todos os fóruns do país. E o MPS e o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) estão trabalhando na mudança de paradigma”, afirmou ela.

Dos 71 mil processos em tramitação no TRF1, em grau de recurso, 45 mil são relativos à matéria previdenciária. De acordo com a Procuradoria Federal Especializada do INSS, a maioria dessas ações se refere a benefícios rurais e assistenciais (Loas), cujos segurados apresentam dificuldades para reunir provas que facilitem a concessão do benefício.

**Acordo** - Com o mutirão, quando houver a proposta de acordo pelo INSS, sendo aceita pelo segurado, a implantação do benefício (concessão inicial ou revisão) será imediata, com a expedição da requisição de pequeno valor (RPV) e o pagamento dos atrasados em até 60 dias. O RPV engloba até 60 salários mínimos nesses casos.

A expectativa é de que o trabalho do mutirão dure em torno de três meses.

## SERVIÇO

### Auxílio-doença acidentário

É o benefício concedido ao segurado (empregado, avulso ou especial) que fica incapacitado para o trabalho, provisoriamente, atestado pela perícia médica do INSS devido a acidente de trabalho ou doença ocupacional.

A concessão desse benefício não exige tempo mínimo de contribuição, como o auxílio-doença previdenciário. Mas também é o perito médico que determina o tempo em que o trabalhador ficará afastado recebendo o benefício. É também considerado acidente de trabalho o ocorrido no trajeto casa-trabalho-casa.

Têm direito ao auxílio-doença acidentário o empregado com carteira assinada, o trabalhador avulso (aqueles que prestam serviços a diversas empresas sem vínculo empregatício, contratados por sindicatos ou órgãos gestores de mão-de-obra, como estivador, entre outros) e o segurado especial (trabalhador rural que produz em regime de economia familiar).

## Força Tarefa Previdenciária faz 98 prisões em três meses

O trabalho da Força Tarefa Previdenciária (Previdência, Polícia Federal e Ministério Público Federal) continua atuando fortemente em 2008.

De janeiro até a última semana de março, foram realizadas 10 operações em nove estados e no Distrito Federal, que resultaram em 98 prisões, sendo que, deste total, 16 foram de servidores. O prejuízo estimado por estas fraudes é de R\$ 2 bilhões.

As investigações começam a ser feitas pelos servidores da Previdência Social. O indício de fraude é detectado por meio de cruzamento de informações contidas nos computadores dos órgãos que compõem a Força. Técnicos da Assessoria de Pesquisa Estratégica (APE) do INSS pesquisam, investigam e

fazem diligências para a confirmação ou não da fraude.

Desde 2003, a Força Tarefa aumentou o número de ações de oito para 41 em 2007. Porém, o número de servidores envolvidos nas fraudes passou de 47 em 2004 para 27 em 2007.

A última ação foi realizada em 26 de março e resultou na prisão de quatro fraudadores. A operação ocorreu na Região Metropolitana de Salvador (BA) e cumpriu nove mandados de busca e apreensão. Os prejuízos estão estimados em R\$ 5 milhões.

No dia 25, a Força Tarefa Previdenciária prendeu 21 fraudadores no Estado de Alagoas. Entre eles, dois atravessadores.



# PrevBarco atende ribeirinhos de Rondônia e Pará

Os moradores ribeirinhos de Rondônia e do Pará contam este mês com os serviços da Previdência Social pelo atendimento móvel flutuante - o PREVBarco. Este serviço percorre as comunidades ribeirinhas e oferece o mesmo atendimento de uma agência fixa da Previdência Social.

No PREVBarco, a comunidade ribeirinha pode requerer salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão, aposentadoria por idade e tempo de contribuição e benefícios assistenciais, ou entrar com recursos, entre outros.

O atendimento móvel é uma das ações da Previdência Social para levar seus benefícios e serviços aos cidadãos onde há difícil acesso.

O serviço faz parte da ampliação da rede de atendimento a essas

comunidades pelas Gerências Executivas do Instituto Nacional Seguro Social (INSS).

Esta modalidade de atendimento, adaptada às condições locais, tem permitido o reconhecimento de direitos previdenciários de indígenas, agricultores, pescadores, idosos e pessoas portadoras de deficiência.

Antes do PREVBarco, para requerer um benefício, idosos, trabalhadores rurais doentes e grávidas se submetiam a longos, desconfortáveis e onerosos deslocamentos até a sede de um município mais próximo onde houvesse uma agência fixa da Previdência Social.

O atendimento ao público é realizado de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, ficando o restante do dia dedicado ao trabalho de organização



PrevBarco, unidade flutuante da Previdência Social

dos processos. Os servidores, para atender ao público, costumam passar até uma semana longe da família.

Até 7 de abril, o PREVBarco percorrerá, em Rondônia, os municípios dos Rios Mamoré, Guaporé e Caxibi. Já foram visitadas as localidades dos rios Paccas Novos, Ouro Preto e Negro, além de 14 comunidades indígenas e extrativistas. Em média são atendidas 150 pessoas por dia. No Pará, o PREVBarco estará em Almeirim, de 3 a 11 de abril.

## Maior precisão no cálculo dos precatórios

O INSS está analisando criteriosamente, desde o ano passado, todos os precatórios, inclusive os coletivos, com valores acima de R\$ 300 mil.

A Procuradoria Federal Especializada detectou que, há anos, muitos processos judiciais estão sendo pagos indevidamente: em duplicidade ou com cálculos superestimados. Somente em 2007, a Previdência pagou R\$ 5,285 bilhões com essas sentenças judiciais. Os gastos com decisões da Justiça Federal cresceram 13,9% e, com a Justiça Estadual, 22,1%.

Os procuradores do INSS já comprovaram e impediram o pagamento de precatórios com valores muito acima do efetivamente devido, o que resultou em economia aos cofres públicos de cerca de R\$ 51,2 milhões.

## Novas agências dão mais conforto aos cidadãos

O INSS deverá realizar 185 obras este ano em suas agências. Desse total, 163 são de ampliação, adequação de espaço e construção de novas unidades para a melhoria do atendimento. Entre as inaugurações, cinco são Agências de Previdência Social de Benefícios de Incapacidade (APS-BI).

No ano passado, foram feitas 59 obras, das quais sete foram APS-BI, que são agências para atender especificamente benefícios como auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez.

Em março, foram entregues mais três unidades. Uma em Coelho Neto, no Maranhão, outra em Joinville, em Santa Catarina, e a terceira em Itapipoca, no Ceará. A de Coelho Neto

vai atender também a três cidades Afonso Cunha, Duque Bacelar e Buriti. A agência de Joinville tem capacidade para cerca de 120 atendimentos por dia, de moradores de 14 bairros.

A agência de Itapipoca atenderá também à população dos municípios de Amontada, Miraíma, Uruburetama, Trairi e Tururu. A previsão é de que sejam feitos cerca de 220 atendimentos diários na APS.

foto: Victor Soares



Marco Antonio de Oliveira, Presidente do INSS

O presidente do INSS, Marco Antonio de Oliveira, destaca que a atual gestão está trabalhando para a recuperação da rede de agências em todo o país e dessa forma garantir a modernização que as gerências necessitam para melhorar o atendimento ao público.

# Projeto modifica atribuição do CNAS

O Projeto de Lei 3.021, que regulamenta a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), já está tramitando no Congresso Nacional. A proposição determina o fim da atribuição do Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), de conceder esses certificados. O projeto estabelece mais rigor na fiscalização do cumprimento das metas determinadas por lei durante a vigência do certificado.

As entidades beneficentes são isentas quanto ao pagamento da alíquota patrimonial de 20%. As renúncias representam cerca de R\$ 5 bilhões por ano a menos para a Previdência Social.

Para o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, a aprovação do projeto

é fundamental para “limpar” o cadastro e separar as entidades filantrópicas que realmente contribuem para complementar as políticas sociais do governo nas áreas da saúde, educação e assistência social, das que utilizam o certificado indevidamente, apenas para obter isenções fiscais.

O ministro explica que propôs a mudança da legislação para desfazer uma confusão hierárquica, criada a partir de modificações na organização da estrutura do Executivo Federal, em 2003, quando o Ministério da Previdência Social deixou de ter competência sobre a área da assistência social. Manteve, no entanto, a atribuição de julgar os recursos contra as decisões finais do Cnas, mesmo com o colegiado subordinado a outro órgão.

A partir da aprovação da nova lei, os certificados passariam a ser concedidos pelos ministérios

vinculados ao setor de atuação da entidade requerente. Atualmente, aguardam avaliação mais de 8 mil processos no Cnas e mais de 1,8 mil recursos na Previdência. Destes, cerca de 20 já foram julgados e indeferidos pelo ministro Luiz Marinho, nos últimos meses.

O ministro destaca que o julgamento destes processos é muito complexo, exigindo delicados cálculos contábeis e inúmeras interpretações da legislação, além de obtenção de informações de outros órgãos.

O prazo médio de tramitação dos processos de concessão e renovação do Cebas, no Cnas, tem sido de três anos, enquanto o julgamento de recursos na Previdência tem chegado a quatro anos. Com a aprovação da nova lei, o Cnas passará a ser um conselho como outros que existem na estrutura do governo federal, apenas elaborando políticas para o setor da assistência social.

## Aumento real do piso previdenciário é de 37,05%

O reajuste de 9,21% do salário mínimo concedido este ano pelo governo federal resultou em aumento real do piso previdenciário (equivalente ao salário mínimo) de 37,05%, entre 2003 e 2008.

Nesse período, o acumulado foi de 107,5%, até atingir os R\$ 415 em vigor desde 1º de março, percentual superior a inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) para o mesmo período que ficou em 51,41%.

Os ganhos acumulados nos últimos anos decorrem da aplicação da política de recuperação do valor do salário mínimo e, em consequência, do piso previdenciário.

Com a elevação de R\$ 380 para R\$ 415, o piso previdenciário ficou equivalente, neste mês, a US\$ 246,51 (considerando a cotação média do câmbio). O valor atual do salário

mínimo é o maior desde a década de 1980. Em abril de 1982, chegou a valer o equivalente hoje a R\$ 390,25. A recuperação é decorrência de uma política de redistribuição de renda, com reajustes maiores para quem ganha o piso.

Para os benefícios com valores superiores ao salário mínimo o reajuste foi 5%. “A Constituição estabelece que esses benefícios devam ser reajustados de forma a preservar o seu poder de compra. Isso significa que é preciso utilizar um índice de inflação, que mede quanto os preços variaram de um período de reajuste a outro”, explica o secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer.

A Constituição também proíbe que o salário mínimo seja utilizado como indexador para o reajuste dos demais benefícios.



### Países de língua portuguesa

O Ministério da Previdência Social e a OIT assinaram no dia 26 de março protocolo para uma ação conjunta de apoio ao desenvolvimento da seguridade social nos países de língua portuguesa. Já foram mapeadas algumas áreas no Brasil que poderão cooperar com os demais países de língua portuguesa.

### Novo presidente

O ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, deu posse no dia 17 de março ao presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), Lino Roque Camargo Kieling (foto), que substitui José Antônio Borba Soares. Kieling enfatizou que um dos principais objetivos de sua gestão será tratar a questão da segurança de maneira séria e profunda. Lino Kieling é bacharel em Ciência da Computação e está na Dataprev desde junho de 2007.



foto: Victor Soares